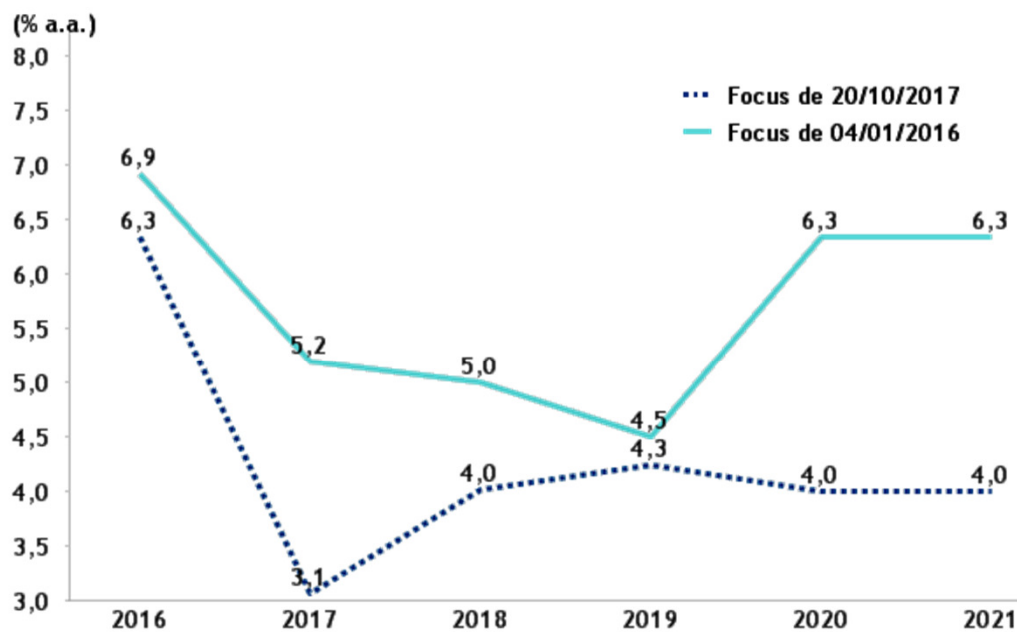


GOVERNANÇA, ORDEM E PROGRESSO: O BRASIL NOS TRILHOS

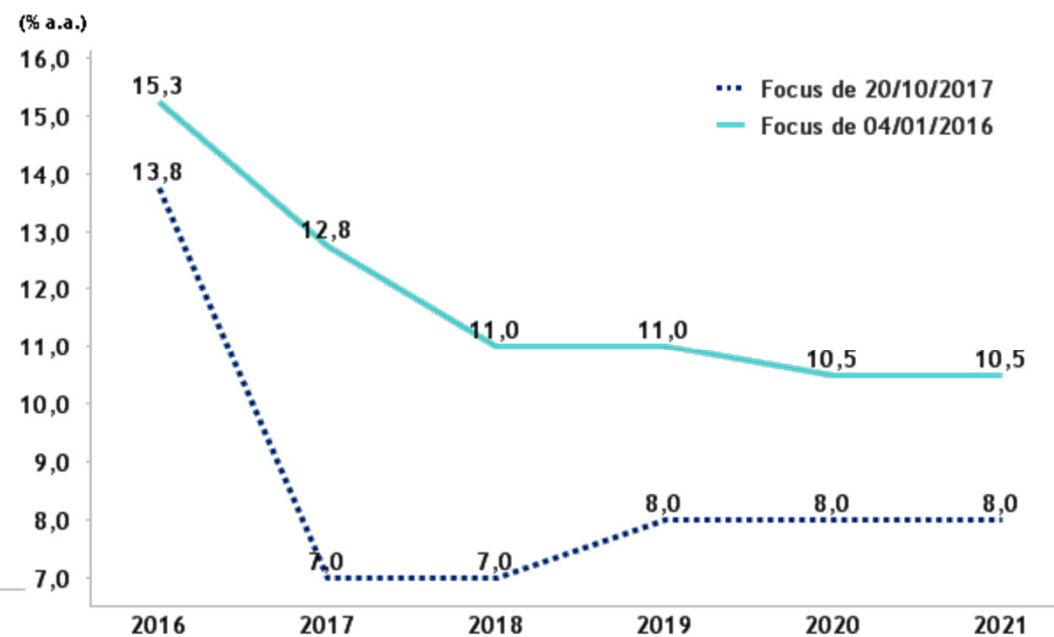
CONTROLE DA INFLAÇÃO E REDUÇÃO DOS JUROS

IPCA



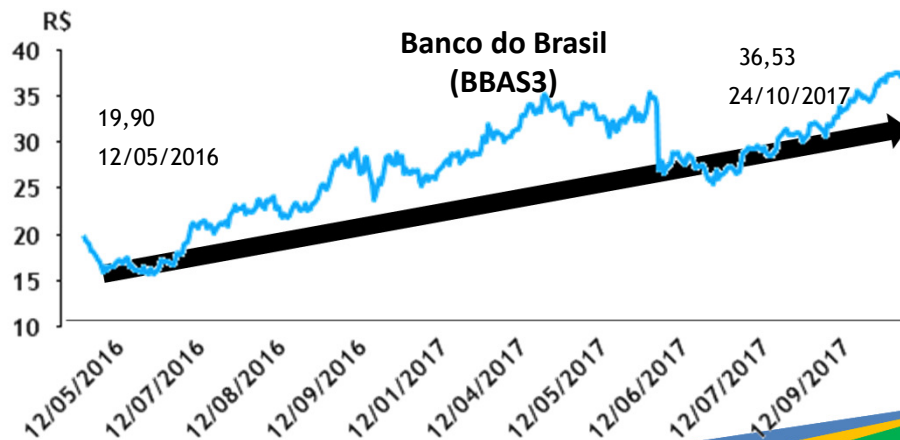
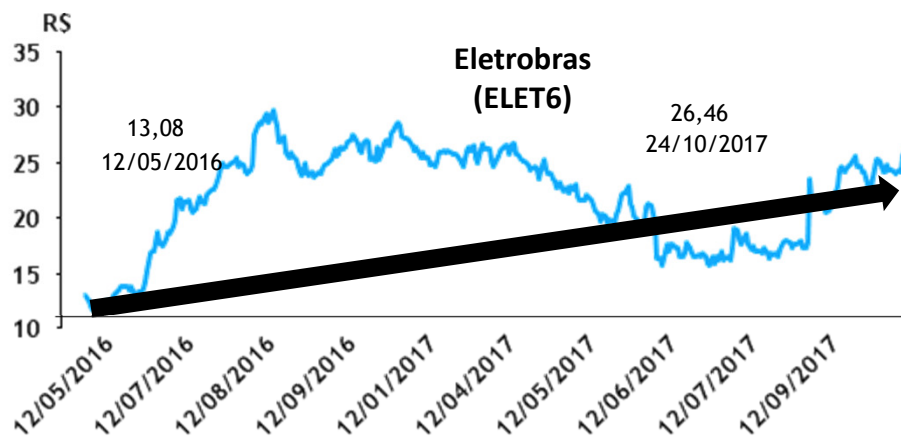
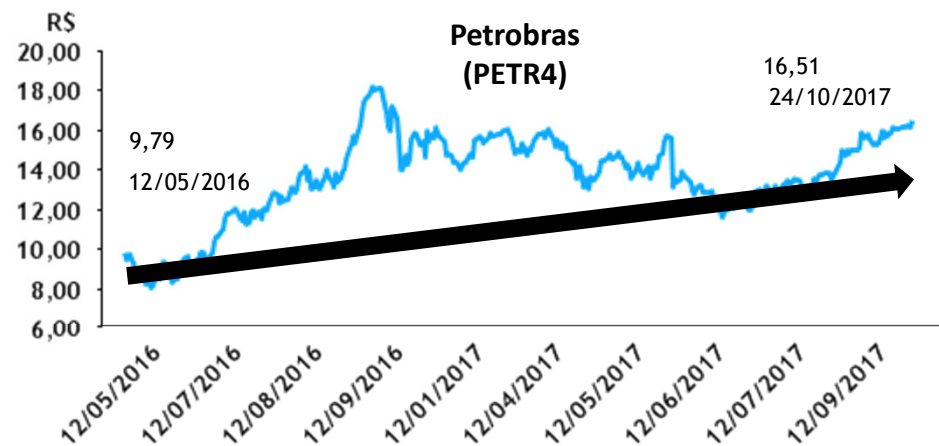
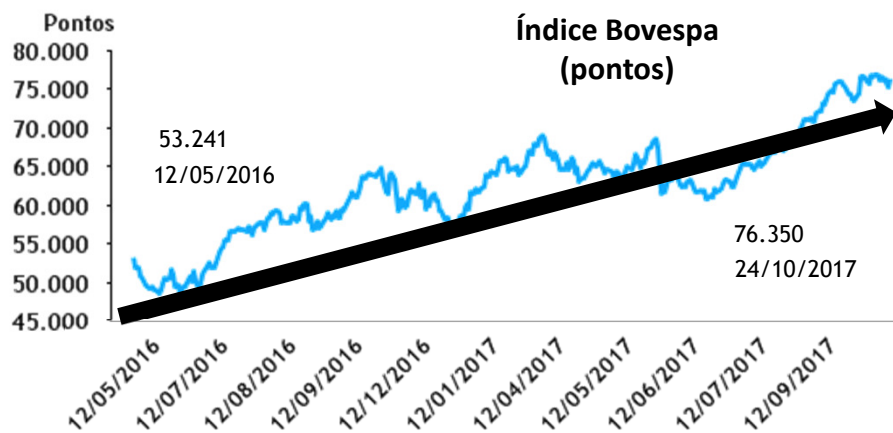
IPCA (12 meses findos set/17) = 2,54%

Selic



SELIC (atual) = 7,5% ao ano

BM&FBovespa



46.830.247 Empregos Formais

Variações

34.392

no mês

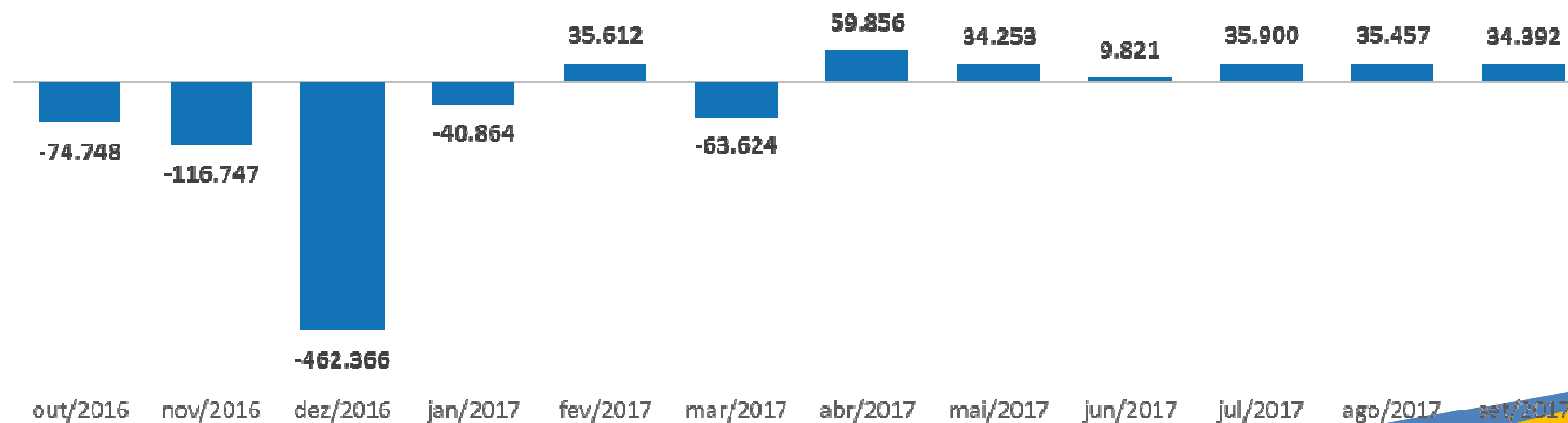
208.874

no ano corrente

-466.654

últimos 12 meses

Evolução dos Empregos Formais

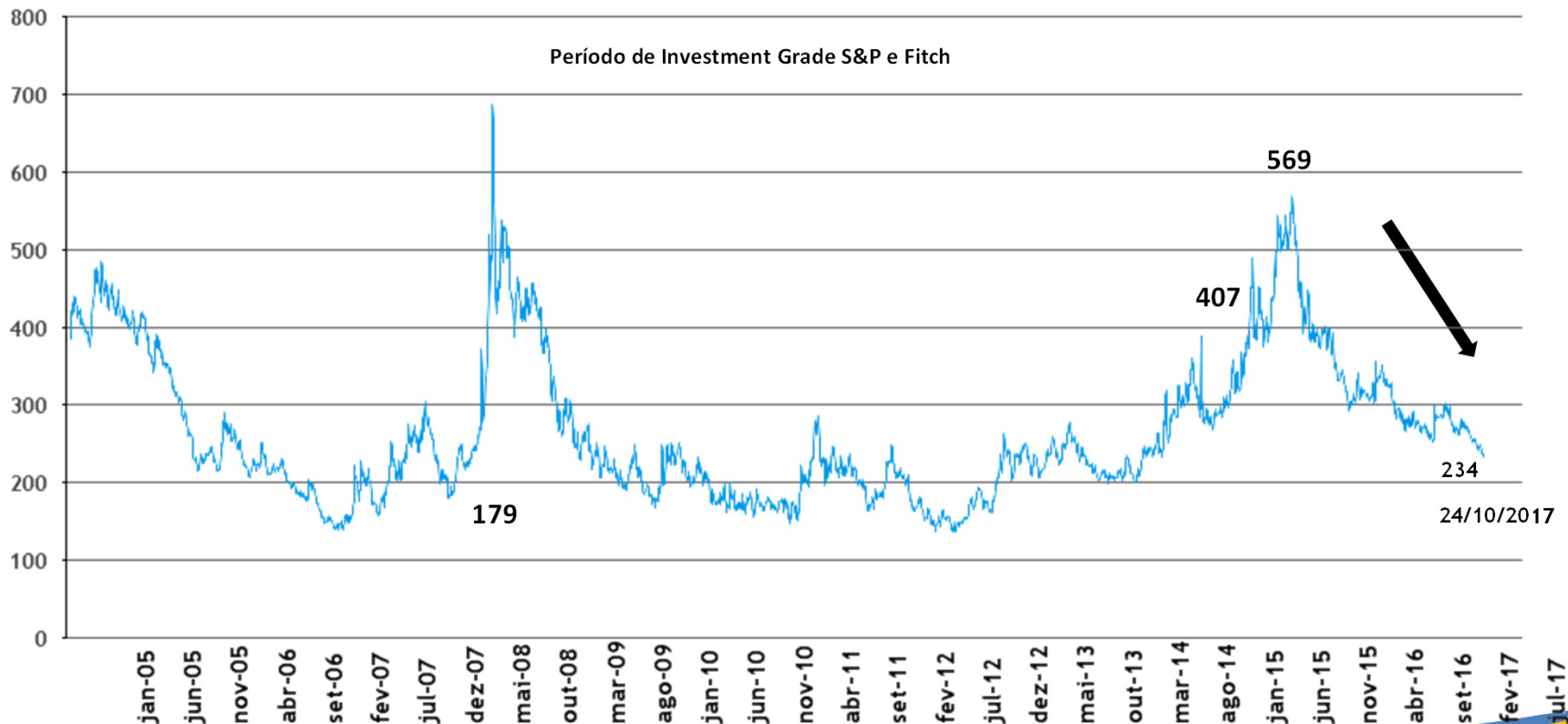


Fonte: Ministério do Trabalho (com ajustes) – Posição: SET 2017

A PERCEPÇÃO DE RISCO-BRASIL JÁ SE ENCONTRA EM NÍVEIS PRÓXIMOS DO PERÍODO DE *INVESTMENT GRADE*...

EMBi+ Brasil (spread p.b.)

EMBI+ Risco-Brasil



NB: nos anos de 2008 – 2015 quando o Brasil tinha grau de investimento, a média foi de 240 pontos.

Fonte: JPMogran

SUPERAMOS A PIOR RECESSÃO DA HISTÓRIA

+

ALCANÇAMOS RESULTADOS POSITIVOS

+

**DISSEMINAMOS A EXPECTATIVA DE FUTURO
PROMISSOR**

=

ATESTADO DE BOM GOVERNO

A SOCIEDADE EXIGE UM GOVERNO CADA VEZ MELHOR:

COMO CHEGAR LÁ?

PILARES

RESPONSABILIDADE

SEGURANÇA

CRESCIMENTO

DESBUROCRATIZAÇÃO

EMPREGOS

GOVERNO DIGITAL

EFICIÊNCIA

GOVERNANÇA

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOVA LÓGICA

Precisamos fazer
melhores escolhas

Precisamos ser
mais eficientes

Precisamos utilizar
melhor os recursos
públicos

Precisamos de
mais atuação da
iniciativa privada
(livre iniciativa, livre
concorrência)

Precisamos nos
aproximar do
diálogo
internacional sobre
boas práticas em
políticas públicas

CONTEXTUALIZAÇÃO

MELHORES ESCOLHAS, MAIOR EFICIÊNCIA



ANTECEDENTES

- 1. Lei das Estatais**
- 2. Conversão de cargos de Direção de livre provimento em exclusivos para Servidores Públicos - FCPE**
- 3. Padrões internacionais de Governança: adesão OCDE**
- 4. Valorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: ODS**
- 5. Revisão de Programas: Auxílio Doença, FIES, Seguro Desemprego**

PROJETO GOVERNANÇA – REFORÇANDO O BOM GOVERNO

PARCERIA EXECUTIVO FEDERAL - TCU

1. Ponto de Partida: normativo sugerido pelo TCU
2. Incorporação das Melhores Práticas Internacionais
3. Adaptação ao contexto do Poder Executivo Federal
4. Busca de Efetividade

OBJETIVO: criar incentivos e obrigações que consolidem boas práticas de governança na administração pública

INSTRUMENTOS: PL, Decreto e manuais de governança

RESULTADOS ALMEJADOS: aumentar a qualidade da gestão pública, reduzindo os riscos de insucesso e desvios

PROJETO DE LEI

1. ABRANGÊNCIA:

- a) Poderes da União: Executivo, Legislativo e Judiciário
- b) Ministério Público da União e Defensoria Pública da União

2. FOCO: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DE GOVERNANÇA

3. ESTRUTURA: MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- a) Liderança
- b) Estratégia
- c) Controle

PROJETO DE LEI

1. LIDERANÇA

Responsabilidade pelas boas práticas de Governança

2. ESTRATÉGIA

a) Planejamento do Desenvolvimento Nacional Equilibrado: Plano de 12 anos (Longo Prazo) + Planos Setoriais + Planos Regionais + PPA + LOA

b) Diferentes instrumentos devem buscar coerência e sinergias

3. CONTROLE

a) Fomento a boas práticas de Governança e assessoramento aos Gestores

b) Gestão de Riscos

c) Prevenção dos Erros

d) Apuração dos Desvios de Conduta

DECRETO – PODER EXECUTIVO FEDERAL

- 1. Aplica imediatamente ao Executivo Federal comandos do PL:**
 - a) Princípios, Diretrizes e Mecanismos de Governança**
 - b) Alta Administração responsável pela boa Governança**
 - c) Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos**

- 2. Comitê Interministerial de Governança:**
 - a) Propor instrumentos para o atendimento dos princípios e diretrizes de Governança**
 - b) Coordenar e dar coerência a outros programas de Governança**
 - c) Incentivar difusão de melhores práticas de Governança**

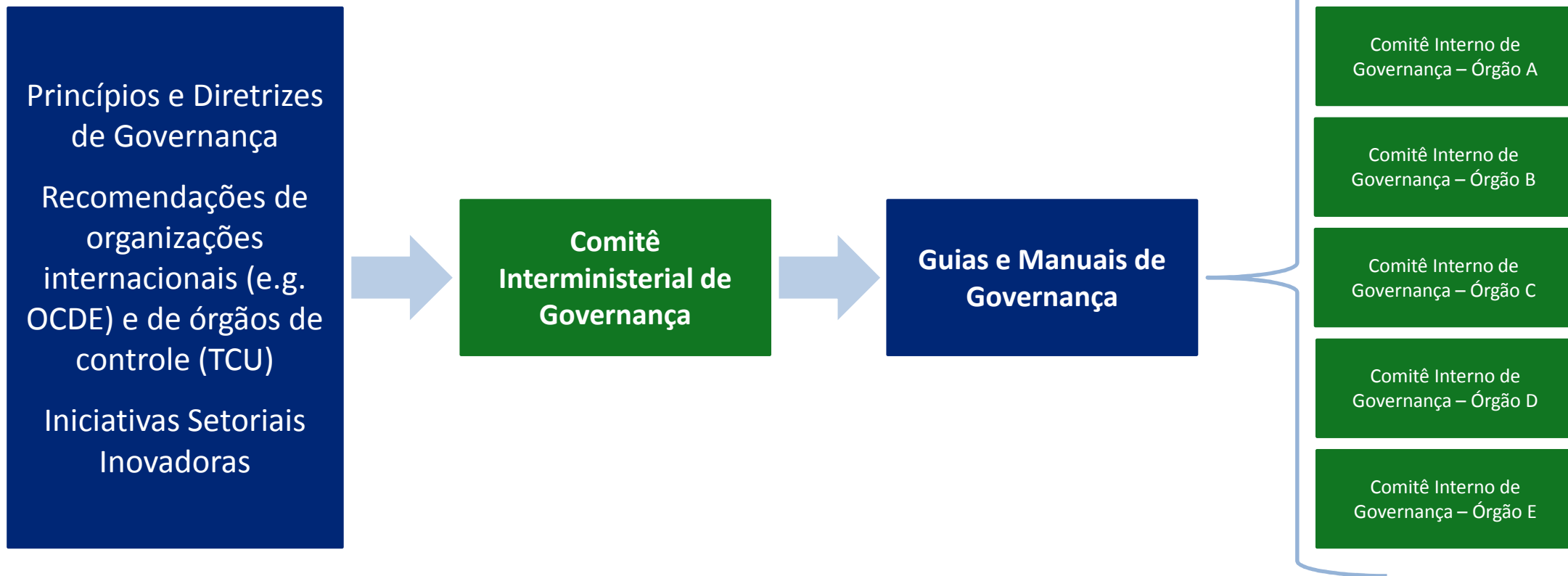
- 3. Comitês de Governança em cada órgão**

- 4. Programa de Integridade**

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

PRINCÍPIOS	MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS
Capacidade de Resposta	<i>"[...] capacidade de resposta e prestação de contas são dois princípios fundamentais da governança, que representam viabilizadores transversais essenciais para o desenvolvimento."</i> United Nations - 2015 World Public Sector Report
Integridade	<i>"Integridade não é apenas uma questão moral, é também sobre fazer com que a economia seja mais produtiva, o setor público mais eficiente e a sociedade mais inclusiva."</i> OECD - Integrity Review of Brazil: Managing Risks for a Cleaner Public Service
Confiabilidade	<i>"Confiabilidade é a capacidade das instituições de responder efetivamente a uma responsabilidade delegada, de forma a antecipar as necessidades e, com isso, minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político."</i> OECD - Trust and Public Policy: How Better Governance Can Help Rebuild Public Trust
Melhoria Regulatória	<i>"A agenda da melhoria regulatória trata sobre o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de leis [...] de forma transparente, baseados em evidências e orientados pelas visões de cidadãos e partes interessadas."</i> European Commission - Better regulation for better results: An EU agenda
Prestação de contas e responsabilidade <i>(accountability)</i>	<i>"A governança efetiva para um desenvolvimento sustentável demanda que as instituições públicas, em todos os países e em todos os níveis, sejam inclusivas, participativas e prestem contas à população."</i> United Nations General Assembly - The road to dignity by 2030
Transparência	<i>"Fortalecer as relações com os cidadãos é um investimento sólido na melhoria do desenvolvimento de políticas e um elemento essencial da boa governança."</i> OECD - Public Sector Transparency and Accountability: Making it Happen

COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA



O sucesso da Política de Governança não será do Governo, das organizações internacionais, mas sim dos cidadãos. Temos certeza que será uma conquista do diálogo e da retomada da confiança no País.

O Brasil que estamos ajudando a construir será mais eficiente, terá políticas mais previsíveis, um planejamento mais coerente e, sobretudo, vai colocar o cidadão no centro das decisões governamentais.

OBRIGADO!